ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2017-06-20	
O Secretário da Mesa	
Duarte Pacheco (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Duarte Pacheco (Assinatura Qualificada) Date: 2017.06.20 17:01:05 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 4538 / XIII (2 .ª)

Assunto: Condições dos bombeiros municipais no DECIF

Destinatário: Min. da Administração Interna

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No meio de várias polémicas entre os bombeiros e a tutela, o governo apresentou o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF) para 2017 e desde então as críticas por parte das diversas corporações de bombeiros não cessam de aumentar.

Está o DECIF em período de funcionamento mas, tal como então o Governo foi alertado, há muito por fazer e são várias as expectativas defraudas face ao inicialmente anunciado pelo Secretário de Estado da Administração Interna, Jorge Gomes.

O problema mais recente que chegou ao conhecimento dos Deputados subscritores desta Pergunta Parlamentar está relacionado com os bombeiros municipais e a falta de despacho adequado que permita às autarquias proceder aos pagamentos de equipamentos e reparações mas sobretudo, e mais urgente, pagar as horas dos homens e mulheres que estão já em desempenho de funções no terreno.

Não é compreensível e muito menos aceitável, que o governo e em particular o Secretário de Estado da Administração Interna tenha tido tempo e motivação para fazer verdadeiras acções de propaganda na apresentação do DECIF para 2017, percorrendo todos os distritos, e não tenha criado as condições legais necessárias para pagar as horas aos bombeiros municipais que estão no terreno a concretizar os objectivos do DECIF.

Por lapso ou desconhecimento, o governo e em particular o Ministro das Finanças, não acautelaram devidamente no Orçamento de Estado para 2017 a possibilidade da Autoridade Nacional de Protecção Civil transferir verbas para os municípios no âmbito do DECIF.

1 - Qual a justificação que o governo encontra para não ter ainda transferido ou permitido aos municípios associados ao DECIF fazer os respectivos pagamentos de horas aos bombeiros, reparações ou aquisição de equipamento ?

2 - Qual o número de corporações e de bombeiros municipais que estão envolvidos no DECIF 2017?

3 - Para quando está previsto que seja feito o despacho autorizador das transferências financeiras da ANPC para os municípios associados ao DECIF que permitirá pagar os honorários dos bombeiros municipais envolvidos no dispositivo?

Palácio de São Bento, terça-feira, 20 de Junho de 2017

Deputado(a)s

DUARTE MARQUES(PSD)

NUNO SERRA(PSD)

MAURÍCIO MARQUES(PSD)

ANTÓNIO TOPA(PSD)

JOSÉ CARLOS BARROS(PSD)

ANTÓNIO VENTURA(PSD)

CARLOS ABREU AMORIM(PSD)

LUÍS PEDRO PIMENTEL(PSD)

REGINA BASTOS(PSD)

CARLOS PEIXOTO(PSD)

FELICIANO BARREIRAS DUARTE(PSD)

CRISTÓVÃO CRESPO(PSD)

CRISTÓVÃO NORTE(PSD)

LUÍS VALES(PSD)

FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO(PSD)

TERESA LEAL COELHO(PSD)

JOSÉ ANTÓNIO SILVA(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

LAURA MONTEIRO MAGALHÃES(PSD)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.